

ARTIGOS

DE NEOLOGISMOS

Edith Pimentel Pinto
USP

I

1. Dos vários aspectos que oferece o estudo dos neologismos, alguns ainda não foram suficientemente explorados.

Cronologicamente, o primeiro aspecto que despertou o interesse dos estudiosos foi o da recepção dos neologismos nos meios lingüísticos formadores de opinião, conforme documentam vários escritos, sobretudo os de caráter polêmico, que surgiram desde meados do século passado aos meados deste.

Esgotado o debate em torno da admissibilidade dos neologismos na língua escrita, literária ou não, o interesse deslocou-se para a técnica de produção neológica, mediante a análise dos processos de formação vocabular, recorte que, com a expansão dos estudos de lingüística, se tem revelado fértil.

Além desses dois aspectos, há, no entanto, vários outros dignos de consideração, tais como o papel do produtor, ou, conforme o caso, do divulgador, ao qual incumbe, finalmente, a escolha do tipo de neologismo compatível com suas intenções, sempre em função do rendimento expressional pretendido. É desse aspecto que aqui se tratará.

2. Para efeito operacional, distribuímos os neologismos, de maneira genérica, em dois grandes grupos, distinguíveis, a um tempo, por sua gênese, seu modo de circulação e sua finalidade textual.

Situam-se num desses grupos aqueles que chamaremos **neologismos culturais**, em vista de terem o uso coletivo como referencial, fonte, meio de circulação e base de projeção, no âmbito da língua escrita.

No segundo grupo incluem-se os **neologismos literários**, ou **estilísticos** ou de **autor**, cujo referencial é o indivíduo que os cria, em função da língua escrita, na qual, comumente, eles vicejam e morrem, sem atingir o uso coletivo.

Dentre os neologismos culturais de estrato popular, distinguem-se os que se devem ao contato lingüístico por contigüidade – como os indigenismos e africanismos, no português do Brasil; e os que se constituem em decorrência dessa situação – os ditos regionalismos, em sua maioria.

Por seu lado, os neologismos culturais de estrato culto devem-se, ou ao influxo das civilizações prestigiosas, num momento dado – como os francesismos e depois os anglicismos, neste século; ou à criação internacional, a partir de raízes ditas clássicas: os helenismos e latinismos.

Quanto à forma de circulação e instalação no léxico da língua, os neologismos percorrem um trajeto relativamente fácil de rastrear, através de textos escritos que atestam sua finalidade e seu rendimento: a par da função de atualizar o discurso, eles visam também a conferir-lhe precisão, decorrente do rigor do emprego.

II

1. Desde os tempos de Alencar aos de Rui Barbosa, os gramáticos, os filólogos e todos os sabedores da língua – isto é, os grandes conhecedores da variedade literária de tradição lusitana – estigmatizaram os neologismos.

Sobressaem nesse grupo, além do pontífice Castro Lopes, alguns nomes que, por seu prestígio, formaram a opinião dominante, como Júlio Ribeiro¹, Eduardo Carlos Pereira², João Ribeiro³ e Maximino Maciel⁴.

Quase todos esses e outros gramáticos renomados da época praticamente só tratam de neologismos culturais importados, considerando-os como "vícios de linguagem": "Os neologismos não passam de deturpadores da língua" (Júlio Ribeiro, *Gramática portuguesa*, p. 353). Eduardo Carlos Pereira, cuja influência no ensino gramatical cobre toda a primeira metade do século, nas sucessivas edições de sua *Gramática expositiva* jamais deixou de incluir os neologismos entre os "vícios de linguagem", deixando, assim, de acusar a desativação do purismo, que se esgotou durante esse período. Limitou-se a justificar o emprego de neologismos quando necessários para a expressão de idéias novas e quando são bem formados, isto é, de acordo com o "gênio da língua" – as regras do sistema – como se verificava nos vocábulos então recentes: **ferroviário, ferrovia, bisar**. Em contrapartida, rejeitava certos francesismos recentes, a seu ver evitáveis, como **avançar, comitê, constar, deboche, debutar, departamento, detalhe, fuzil, fuzilar, governante, interdito, sucesso, toailete** (*Op. cit.*, p. 251). Abria exceção, contudo, para os já fixados no léxico da língua, como **audacioso, bandido, boné, crachá, conduta, comportamento, degelar, emoção, envelope, felicitação, garantir, garantia, isolado, imbecil, jornal, pretencioso, ponto de vista, rotina, regressar, susceptível** (*Ib.*, loc. cit.)

João Ribeiro, que não condenava expressamente os neologismos, também incluiu, no entanto, os francesismos e anglicismos entre os "vícios de linguagem" (*Gramática portuguesa* – Curso superior, p. 363) Contudo, já no seu *Dicionário gramatical*⁵ parece inclinado a atenuar sua posição, pois considera admissíveis os neologismos de que haja necessidade e desde que não haja abuso de formações por derivação, que denunciariam pobreza de vocabulário. E exemplifica o caso com **beneficiar-se, bem posicionado, veneracionar** (*Op. cit.*, p. 274). Essa observação põe em relevo uma prática que devia ser comum na época.

No tocante aos neologismos, muito mais explícito é Maximino Maciel, em sua *Gramática descritiva*, onde os classifica em **técnicos, literários, populares e semânticos** (Op. cit., p. 245-247). E mais, chega a apontar as "causas dos neologismos", a saber, a moda, a influência e a criação do objeto (Op. cit., p. 247-248).

Além da visão ampla, ressalte-se a posição neutra do gramático em face do emprego de neologismos, que, a seu ver, constituem uma forma de reposição vocabular, compensatória do desgaste ocasionado pelo envelhecimento e conseqüente desuso de palavras. Em sua linha de reflexão, representativa do pensamento evolucionista da época, Maximino Maciel considera que há "duas grandes leis da biologia", a assimilação e a desassimilação, aquela correspondendo aos neologismos e esta aos arcaísmos. (Op. cit., p. 245).

Importa ressaltar, nessas considerações, a referência aos neologismos literários, que desde Alencar eram objeto de censura gramatical, inibindo os escritores que ousavam ultrapassar os limites da tradição literária portuguesa. Só os neologismos culturais impostos pelos avanços da técnica, da ciência, da filosofia, conseguiam romper essa barreira.

A grande invasão de palavras novas, provindas da Europa, sobretudo através do francês, ocorrida nos decênios finais do século passado e iniciais deste, traduzia a inserção do Brasil no mundo civilizado, ainda que sob os protestos dos puristas, sempre mais inclinados a recuperar arcaísmos que a admitir neologismos.

A esse respeito, a posição dos grandes gramáticos da época, com seu fogo cerrado contra as inovações lexicais, reflete-se nos escritores de formação tradicional, como Rui Barbosa, que condenava as "novidades ociosas e viciosas"⁶, apoiado explicitamente em gramáticos brasileiros e portugueses, como Júlio Ribeiro, Lameira e Pacheco, Ribeiro de Vasconcelos, Cândido de Figueiredo.⁷

Nem por isso Rui Barbosa deixou de empregar palavras que escapavam às indispensáveis condições de admissibilidade, tais como **desvirginamento**, **viável** (como sinônimo de **vital**), **viabilidade** (por **vitalidade**) e muitas outras, todas energeticamente censuradas por Carneiro Ribeiro.

O que ressalta, na defesa de Rui a esse ataque, é uma justificativa em geral não invocada para sancionar o emprego de neologismos: seu potencial semântico e a decorrente precisão do emprego.

Esta interpretação é confirmada pelo próprio Rui Barbosa, ao condenar os neologismos literários, que, não tendo projeção pragmática, seriam mais que supérfluos, seriam nocivos: "os vocábulos inventados, os vocábulos artificiais" "destroem o tecido de uma língua" (*Réplica*, p. 390).

Nesse ponto, apoiado na opinião de Victor Hugo, só abria exceção para Chateaubriand – e nenhuma para escritores brasileiros e portugueses. Ao contrário, Eça de Queirós, para Rui Barbosa, é um nefasto veiculador de francesismos inúteis. (Op. cit., p. 380 e seguintes).

3. A história dos neologismos literários, raramente admitidos à consideração dos gramáticos ou francamente repudiados por eles e pelos puristas em geral, mereceria

um capítulo próprio, onde se captasse a tendência dos escritores, sobretudo poetas e ficcionistas, de conferir a seus textos, não só a carga da expressividade, mas também a marca do criador e, indiretamente, de sua época.

A veemência da condenação tinha alguma razão de ser, pois, contemporaneamente ao reinado do purismo, florescia no Brasil, com eventual exagero, a voga, importada da França, do uso literário do vocabulário científico.

Um dos mais expressivos exemplos dessa prática está em Augusto dos Anjos⁸, mas até os puristas não escapavam ao uso e eventualmente ao abuso desse tipo de vocabulário. Apesar de que, em certos casos, como no de Euclides da Cunha, o caráter do discurso o favorecesse: um ensaísmo de propósito técnico-científico, expandido por uma dicção literária, através da qual circulam comodamente palavras como: **fosforismo** (intoxicação por fósforo), **saturnismo** (intoxicação por chumbo), **hidrasgismo** (intoxicação por mercúrio) e **oxicarburismo** (intoxicação por óxido de carbono)⁹ – palavras que tiveram na língua diferentes destinos: no Aulete constam todas, sendo que, em vez de **hidrasgismo**, a variante registrada é **hidrargirismo**; nos dicionários mais recentes, como o Aurélio, já não constam **fosforismo** e **oxicarburismo**, enquanto **hidrasgismo** aparece abonada exatamente pelo uso de Euclides.

Passada a voga de tais neologismos, fortemente marcados pela época, verifica-se que, se o próprio progresso da ciência e da técnica os arquivou, seu potencial semântico é indiscutível, pois lhes incumbia, ao mesmo tempo, representar um ideal de rigor, de objetividade, e um efeito literário de impacto. Os de Euclides, por exemplo, funcionam, neste plano, como vozes-petardo, servindo perfeitamente a um propósito de denúncia e acusação.

Já em Augusto dos Anjos¹⁰, outro expoente dessa prática, por se tratar de poesia, o vocabulário filosófico e científico – especialmente biológico – é metaforizado, não correspondendo, pois, a qualquer ideal de rigor de emprego e objetividade. Antes, esse vocabulário, embora importado de campos semânticos explorados pelos cientificistas e deterministas europeus, ressuma subjetividade, pois é por essa via que explodem, em grande parte, os conflitos íntimos do Autor.

Essa função, atribuída também às formações cultas, forjadas pelo poeta, sobre matrizes greco-latinas, é favorecida pela predominância de proparoxítonos, que contribuem, do ângulo fonético, para a obtenção do efeito desejado – a expressão da agressividade e do desdém.

Hoje, arquivadas pelo desuso, as importações, e esquecidas, como **hapax legomenon**, as cunhadas pelo Autor, seu texto se tornou de árdua decodificação. Na própria época, é de crer, dificilmente um leitor médio brasileiro captaria a denotação e, muito menos a conotação de substantivos como: **noumenalidade** (p. 63), **centrosomas** (p. 68), **paraseleno** (p. 83), **psicoplasma** (p. 84), **filóstomo** (p. 85), **eximenina** (p. 135), **endimenina** (p. 135), **hebdomadas** (-as prosaicas semanas – p. 133, 197, 228); e de adjetivos como **foraminíferos** (p. 76), **xantocróide** (p. 110), **fronetal** (p. 128), **occíduo** (p.247), **ubiquitário** (Op. cit. p. 265).

No entanto, é forçoso reconhecer que, apesar das barreiras à compreensão racional, neologismos como esses cumpriram a função que lhes cabia, ao estabelecerem

um clima encantatório, que suscita no receptor um movimento emocional de compatibilidade com o horror.

Em oposição aos neologismos eruditos de Augusto dos Anjos – morto em 1913, com os estertores dessa voga – os autores que então se iniciavam e marcariam os anos vinte, modernistas ou não, criariam vocábulos ligados à realidade cotidiana.

Um dos mais engenhosos desses criadores foi, sem contestação, Monteiro Lobato, que os difundiu principalmente através de sua literatura infantil, produzida exatamente a partir de 1920. Af os neologismos representavam, por seu potencial de humorismo e ironia, papel relevante como instrumento de crítica social. O mais superficial exame de seus textos permite levantar incontáveis exemplos, como **macacalidade**, **chimpanzeização**, **orçamentívoro**, **chinfrinice**, que só no contexto ganham sua inteira força expressiva.

A mesma independência de criação vocabular era compartilhada pelos modernistas, que, no entanto, lhe atribuíam função específica, ligada à reformulação da frase, cujo ritmo em parte incumbia aos neologismos acelerar, tornando-a, a um tempo, mais dinâmica e sintética.

Nesse propósito, Oswald de Andrade cria sobretudo verbos, a partir de substantivos, em geral correspondentes a objeto, uso ou costume próprio da época, razão pela qual sua decodificação se dificulta com o correr do tempo. Sirvam de exemplo da prática osvaldiana os seguintes exemplos, todos colhidos nas *Poesias reunidas*¹¹:

- "A orquestra **rabecoa** na mata" – p. 116
- "**Geometrizam** as atmosferas nítidas" – p. 123
- "A rádio bandeirantes **cinematiza** a 100 léguas" p. 125
- "Grandes cágados elétricos **processionam**" (sic) – p. 126
- "O piano **fox-trota / Domingaliza**" – p. 128
- "Chove chuva **choverando**" – p. 170
(grifos nossos)

Examinando as características das criações neológicas dos modernistas, para captar suas tendências – como a preferência por esta ou aquela classe gramatical e a respectiva repercussão no discurso – vem à tona uma conclusão, associada ao programa do Modernismo, que preconizava a pesquisa pessoal, o experimentalismo: há uma chave para cada autor.

Assim, a particularização na cunhagem de palavras, que não se extinguiria com o Modernismo propriamente dito, permitiu as mais diversificadas soluções estilísticas, inclusive a volta às fontes eruditas, como aconteceria posteriormente com Guimarães Rosa.

4. Se é evidentemente enriquecedora a contribuição dos neologismos para o discurso específico de cada autor, o mesmo já não se pode afirmar em relação ao léxico da língua. De fato, se muitos neologismos culturais, bem formados ou não, indispensáveis ou não, acabam freqüentemente legitimados pelos dicionaristas e passam a circular normalmente, a par de velhas palavras da língua, os de cunhagem literária

dificilmente alcançam semelhante estágio. E se alguns dos muitos devidos a Alencar ou Euclides da Cunha foram afinal lexicalizados, o destino mais comum dos neologismos de autor é sua circunscrição ao texto no qual e para o qual foram gerados.

Mário de Andrade visualizou bem a questão dos destinos dos neologismos, distribuindo-os em dois grupos, que poderíamos caracterizar, do ângulo da recepção, como aqueles que interessam à coletividade e aqueles que interessam sobretudo ao seu criador.

No seu projeto da *Gramatiquinha da fala brasileira*, o assunto seria tratado no capítulo "Formação de palavras", onde firmaria sua posição: do ângulo gramatical, pretendia amparar-se em Mário Barreto¹²; do ângulo estilístico, exporia suas próprias reflexões sobre o que chamava "palavras transitórias" ou "palavras falenas", "que não existem, não registradas pelos vocabularistas porque não têm existência imprescindível" e "que se aparentam com os neologismos". "Dessas criações efêmeras existentes ou passíveis de existir até o infinito todo homem tem direito de fazer".¹³

A intuição lingüística de Mário de Andrade fica assim evidente na distinção entre os neologismos culturalmente justificáveis e os de autor. Estas são criações vocabulares de indiscutível valor expressional, que, graças à virtualidade do sistema, podem surgir a qualquer momento no texto oral e, a partir do Modernismo, ganham o estatuto escrito, sob a indiferença crescente dos gramáticos, que acabam remetendo o assunto para os manuais de estilística.

5. É fato notório que, a partir dos anos vinte, os gramáticos e sobretudo os vigilantes da pureza da língua entram a perder acaloradamente seu domínio sobre os escritores, que pouco se importam com o estigma dos "vícios de linguagem". O fascínio pela criação vocabular acompanha o desinteresse pela "legitimidade" das palavras que empregam.

Não foi, porém, simultânea a mudança de atitude por parte de gramáticos e escritores. Ainda em 1923 saía a *Gramática secundária*, de Said Ali¹⁴, onde se tratava de neologismos de importação, na parte intitulada "Sintaxe e estilística" e se justificava seu emprego nas mesmas condições tradicionalmente exigidas, como a de serem úteis e não haver "expressões portuguesas em voga, que dizem a mesma coisa". (Op. cit., p. 310)

Por seu lado, Sousa Lima, na *Gramática expositiva da língua portuguesa*¹⁵, inclui a questão no capítulo "Da importação de palavras", ao tratar da constituição do léxico português. Justificam-se, assim, na história da língua, tais importações, com a ressalva de que sejam obedecidas "as leis de formação de palavras vernáculas" (Op. cit., p. 277).

Posteriormente, Evanildo Bechara, em sua *Moderna gramática portuguesa*¹⁶, põe indiretamente em relevo a falta de articulação dos neologismos no plano da gramática, ao tratar do assunto num "Apêndice", embora ainda os situe entre os "Vícios e anomalias da linguagem" (Op. cit., p. 332-333). Considerando que eles se devem a "um processo natural de assimilação cultural", o Autor só condena, em termos semelhantes aos de outros gramáticos, os neologismos desnecessários, por já se encontrarem "no vernáculo vocábulos e giros equivalentes" (Ib., p. 333)

Com Rocha Lima, na *Gramática normativa da língua portuguesa*¹⁷, o assunto é afinal banido do âmbito gramatical. Nem mesmo uma referência aos neologismos de autor consta no capítulo "Rudimentos de estilística e poética", onde poderiam acomodar-se.

Essa mesma prática fica definitivamente consagrada numa das mais recentes grandes obras do gênero, *A Nova gramática do português contemporâneo*¹⁸, de Celso Cunha e Lindley Cintra, onde não se abre espaço para o tratamento da questão, em qualquer de seus ângulos.

Assim, a partir do exame das gramáticas posteriores aos dois decênios iniciais deste século, pode-se concluir, no tocante ao tratamento dos neologismos, que as criações dos escritores livraram-se definitivamente de qualquer restrição, ao emigrarem para o campo da estilística; e os neologismos culturais, sobretudo os de importação, foram perdendo espaço até desaparecerem das gramáticas, ficando sem abrigo, pois, sendo afinal uma questão lexicográfica, não têm recebido acolhida e disciplinação no território dos dicionários, onde até hoje não consta um roteiro, um simples corpo de regras gerais para orientação dos interessados no processo de vernaculização de neologismos importados. Reivindicar, pois, atualmente, que eles sejam "bem formados", que "sigam as regras de formação das palavras vernáculas" é esperar o impossível ao comum dos usuários de língua escrita.

NOTAS

1. RIBEIRO, Júlio. *Gramática portuguesa*, 9ª ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1910.
2. PEREIRA, E.C. *Gramática expositiva*. São Paulo, Weiszflog, 1907.
3. RIBEIRO, João *Gramática portuguesa*. Curso superior, 22ª ed. refund. Rio de Janeiro, F. Alves, 1933.
4. MACIEL, Maximino. *Gramática descritiva*, 5ª ed. aum. e refund. Rio de Janeiro, F. Alves, 1912.
5. RIBEIRO, João. *Dicionário gramatical*, 2ª ed. aum. por Pacheco da Silva Jr. Rio de Janeiro, Livr. Clássica de Alves e Cia, 1897.
6. BARBOSA, Rui. *Réplica*. Reedição do Concelho Seccional do Rio de Janeiro e da Fund. Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1980, vol II, p. 387.
7. Id. *ib.*, p. 384-385.
8. ANJOS, Augusto dos. *Eu e outras poesias*, 7ª ed. Rio de Janeiro, Bedeschi/s.d./ Nota: 1ª ed. 1912.
9. CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1966, vol. II, p. 195.
10. Op. Cit.
11. ANDRADE, Osvald de. *Poesias reunidas*, 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
12. BARRETO, Mário. *Através do dicionário e da gramática*, Rio de Janeiro, Livr. Quaresma, 1927.

13. PINTO, Edith Pimentel. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade*. Texto e contexto. São Paulo, Duas Cidades, 1990.
14. ALI, Said. *Gramática secundária*. São Paulo, Melhoramentos, /s.d./
15. SOUSA LIMA, M.P. de. *Gramática expositiva da língua portuguesa*. São Paulo, Edit. Nacional, 1937.
16. BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*, 19ª ed. São Paulo, Edit. Nacional, 1975.
17. ROCHA LIMA. *Gramática normativa da língua portuguesa*, 17ª ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1974.
18. CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
